

Vicissitudes de um Heródoto caboclo: Arthur Reis e a ditadura civil-militar em Manaus (1964-1966)

Vinicius Alves do Amaral*
Mestrando em História Social
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
viniciuscarqueija@gmail.com

RESUMO: A historiografia amazonense é permeada por convenientes silêncios. No presente artigo tentaremos discutir uma das lacunas mais instigantes do conhecimento histórico local: o período que abrange os anos 60. Para tanto elegemos como estopim para essa reflexão a breve e polêmica passagem do historiador Arthur Cezar Ferreira Reis pelo governo do Estado do Amazonas entre 1964 a 1966. Sustentamos que os aspectos administrativos e intelectuais são intrínsecos na trajetória de Arthur Reis, em especial nesse momento onde as pretensões desenvolvimentistas do historiador coincidem com os grandes projetos previstos para a Amazônia pela ditadura civil-militar. Com base em um variado corpus documental tentaremos analisar como se articulam as medidas tomadas pelo historiador-governador com seu pensamento e como elas foram recebidas por diferentes atores sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Ditadura Civil-Militar, Manaus, Arthur Cezar Ferreira Reis.

ABSTRACT: Historiography Amazon is permeated with convenient silences. In this article we attempt to discuss one of the most intriguing gaps of knowledge local history: the period covering the years 60. Therefore we choose as the trigger for this discussion brief and controversial passage from historian Arthur Cezar Ferreira Reis government of Amazonas state between 1964-1966. We hold that the administrative and intellectual aspects are intrinsic in the trajectory of Arthur Reis, especially at this time where the developmental aspirations of the historian coincide with major projects planned for the Amazon civil-military dictatorship. Based on an extensive documentary corpus will try to analyze how to articulate the steps taken by the historian governor with their thinking and how they were received by different social actors.

KEYWORDS: Civil Military Dictatorship, Manaus, Arthur Cezar Ferreira Reis.

Uma palavra
se é guardada por muito tempo
solta borra
matérias que ferem
olhos e ouvidos
umidades
mina
sangue por várias de suas partes
não apodrece
dada a sua condição

* Mestrando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas (PPGH-UFAM) e bolsista pelo Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

de testemunha informante
mas fede.

Pandora Huele, Lilian Lukin.

A Cidade Sorriso fede. Tamanha é a quantidade de palavras escondidas e trancafiadas em Manaus que seria preciso outro artigo para discutir a conveniente indiferença local para com seu passado recente. Especialmente quando se trata do espaço de tempo situado entre o golpe de 1964 e a “redemocratização” na década de 1980.

Nosso foco será, contudo, um pequeno recorte que cobre os primeiros anos do regime civil-militar. Nele se encontra o governo de uma figura das mais ambíguas: o historiador Arthur Cezar Ferreira Reis (1906-1993). Na qualidade de servidor público e pesquisador já consagrado, Reis proporciona uma dupla contribuição à nova ordem que pretendia se instituir no país: seja fazendo parte do processo de modernização através da execução dos grandes projetos desenvolvimentistas previstos para a Amazônia, seja conferindo legitimidade intelectual ao regime através das medidas culturais que concebeu e aplicou tanto na chefia do Estado do Amazonas como na presidência do Conselho Federal de Cultura.

Tal momento também faz parte de uma periodização que compreende o espaço situado entre 1920 e a metade da década de 1960 como os “anos da desolação” devido ao colapso da exportação da borracha no Amazonas. Essa visão tradicional já fora criticada por José Aldemir de Oliveira com seu estudo *Manaus de 1920 a 1967: A cidade doce e dura em excesso* e por José Vicente Aguiar de Souza em seu livro *Manaus: Praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*.

Estes autores fazem uma importante revisitação dessa imagem da cidade inerte demonstrando o grande fluxo de movimentação cultural negligenciado pela historiografia tradicional, lembrando que “[...] da mesma maneira que a cidade não é produzida de modo equânime, a crise não pode ter o significado para o conjunto de seus moradores.”¹

José Aldemir Oliveira, apoiado na Geografia Humana de Henri Lefebvre e de Milton Santos, utiliza o conceito de espacialidade para identificar uma cidade sendo construída pelo conflito entre o Estado, as elites locais e as classes populares. José Vicente Aguiar, por sua vez, ocupa-se da região compreendida entre a Praça Heliodoro Balbi (ou como é popularmente

¹ OLIVEIRA, José Aldemir de. *Manaus de 1920 a 1967: A cidade doce e dura em excesso*. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado/ EDUA, 2003, p. 137.

conhecida, a Praça da Polícia), o Colégio Estadual D. Pedro II, o Café do Pina e o Cinema Guarany, defendendo que a sociabilidade desenvolvida nesse espaço criava um verdadeiro complexo de oxigenação cultural onde elementos eruditos e populares se relacionavam dialeticamente.

Impossível não comparar a cidade de hoje com a de ontem e lamentar a desarticulação de certos espaços e certas sociabilidades, enfim, daqueles modos de vida radicalmente diferentes da vivência atual em Manaus. Na realidade, essa confrontação levada a cabo pela memória tem alimentado movimentos sociais a batalhar pela preservação de uma cidade mais humana diante de uma urbanização cada vez mais caótica e opressora².

Urbanização essa que está intimamente relacionada com um modelo de desenvolvimento encetado pela ditadura civil-militar. Convenientemente, o silêncio sobre os anos da desolação também recai sobre o período imediatamente posterior, qual seja, o regime instalado no país após 1964. Interessante que os poucos estudos que tangenciam esse delicado momento reduzem as ações da ditadura somente ao plano econômico. A justificativa seria a escassez de fontes. Aqui tentaremos derrubar essa falácia através da análise da passagem de um controverso personagem pelo governo do Estado do Amazonas.

A “epopeia amazônica” e seu bardo

O escritor Márcio Souza, em coleção de ensaios, situa a historiografia amazonense como o que há de mais conservador e oficialista no Brasil, mas não encontramos em seu livro nenhuma menção ao nome que melhor representava esse setor: Arthur Cezar Ferreira Reis³.

Davi Avelino Leal acrescenta que a obra de Reis tem o grande mérito de romper com uma tradição de pensamento, tributária de Euclides da Cunha que enxergava na natureza portentosa a anulação do homem e da própria história⁴. Reis nega que a Amazônia esteja à margem da história. Contudo, não é qualquer homem que pode se dar ao luxo de ser protagonista da História para Arthur Reis. O homem em questão vem de além-mar e utilizou-

² Como exemplo podemos citar o grupo *Direitos Urbanos*, formado após as manifestações de junho de 2013, que empreendeu uma longa luta contra a retaliação da Praça Nossa Senhora de Nazaré em nome da construção de mais vagas de estacionamento.

³ SOUZA, Márcio. *A Expressão Amazônica: do colonialismo ao neocolonialismo*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 17.

⁴ LEAL, Davi Avelino. Por uma Arqueogenealogia dos Seringais: Os seringueiros na historiografia tradicional. *Canoa do Tempo* (PPGH-UFAM). Manaus, v. 1, n. 1, p. 211, 2007.

se de qualidades inerentes à sua alma, como a coragem e a inteligência, para vencer a floresta assombrosa. Compreender para administrar, adaptar para conquistar: estas foram suas táticas. Em outras palavras, estamos falando do colonizador português. Melhor, estamos falando da Coroa Portuguesa.

Assim, para Reis “a experiência que [os portugueses] realizaram na região foi realmente uma experiência cheia de êxito. Podem e devem orgulhar-se do que efetuaram.”⁵ E aqui temos um “amazonólogo” que gradativamente se aproxima de Gilberto Freyre, embora ambos divirjam em alguns pontos. Afinal, para Arthur Reis, a miscigenação não era apenas característica da psique portuguesa, como queria Freyre, mas também era parte de uma política de Estado para fixar o colonizador na Amazônia e o responsável por trazer a valorização do trabalho para a formação do caráter local teria sido não o elemento negro, mas o nordestino⁶.

Não é nenhum exagero dizer que a historiografia produzida nas universidades a partir dos anos 80 tenha se formado como reação ao conteúdo da narrativa histórica produzida por esse personagem. Tratava-se de descolonizar a historiografia, assumindo o compromisso de trazer à tona os “excluídos da História”.

Em Reis, estes também se faziam presentes, mas em sua maioria como “plebe rude” incapaz de compreender a grandiosidade do projeto civilizador que os portugueses e posteriormente os estadistas do Império arquitetaram para a Amazônia. Sua visão da Cabanagem exemplifica bastante isso: o movimento, geralmente classificado como mais uma revolta regencial, é entendido como uma ameaça à delicada integridade nacional que se pretendia constituir para o país naqueles anos. Não é por acaso que o historiador amazonense saúda as forças legalistas que pacificaram a revolta cabana tanto na capital da província do Grão Pará quanto na comarca do Rio Negro.

Contudo, como observa Leila Rodrigues Gomes, o próprio autor admite que existiam razões outras para a revolta nascidas da condição precária em que viviam os cabanos. O que já denota uma compreensão mais complexa do movimento pelo historiador.

Se Arthur Reis faz uma opção por uma história militante, conservadora, destinada à exaltação dos grupos do poder, não se pode diminuir, entretanto, sua contribuição, a força de suas análises, que através de vários

⁵ REIS, Arthur C. Ferreira. *Aspectos da Experiência Portuguesa na Amazônia*. Manaus: Imprensa Oficial, 1966, p. 9.

⁶ LOBATO, Sidney Silva. Estado, nação e região na obra de Arthur C. F. Reis. *Revista Diálogos*. Maringá, v. 13, n. 3, p. 636, nov. 2009.

questionamentos, encaminha o debate para outra direção, sem, entretanto, percorrer, o próprio caminho indicado.⁷

A ambiguidade também preside a percepção de Reis sobre o trabalho nos seringais. Ele não nega a brutalidade dos seringalistas, mas procura justificá-la:

A sociedade que se criava na Amazônia era uma sociedade que vivia por entre altos e baixos, em degradação, aviltamentos, ou sobrepondo-se ao meio bárbaro, em atitudes marciais ou gestos de virilidade muito comuns nos organismos sociais que se constituem nessas fases de transição da instabilidade para a estabilidade. [...] No desejo insofrido do sucesso, é certo, cometeram-se desatinos, desentenderam-se os homens, praticaram-se excessos. Houve, no entanto, em meio àquela inquietude, bravura, heroísmo, que exigem respeito e admiração. Porque, enfrentando a natureza bravia, selvagem, como ela se apresenta, desbravando-a, sem medo, os homens que realizavam a ofensiva sobre a floresta escreviam, realmente, uma verdadeira epopeia. Os desatinos que cometeram explicam-se pelas condições em que operavam.⁸

Quanto ao seringueiro, este também “não se comporta melhor” vingando-se com “as armas de que dispõe e de acordo com o primarismo de sua inteligência.”⁹ Entretanto, ele também é passível de atitudes grandiloquentes, como a sua participação da batalha pelo Acre revela ao autor.

Assim sendo, creio que possamos dimensionar, tal como já o fez Renan Freitas Pinto, como dupla a contribuição de Arthur Reis não só para a historiografia como para o pensamento social amazônico: em primeiro lugar, seu esforço de sistematizar o conhecimento sobre o passado da região nos legou fontes e sugestões de caminhos a serem percorridos; em segundo lugar, sua interpretação do processo histórico da Amazônia é bem original e precisa ser ainda mais discutida¹⁰.

Quanto a esse último aspecto, felizmente nos últimos anos muitos têm se proposto a debater os pressupostos epistemológicos da escrita da história de Arthur Reis. Lademe Correia Souza, por exemplo, investiga as influências historiográficas que o autor recebeu de Francisco Adolfo Varnhagen, Capistrano de Abreu e do líder político local Álvaro Maia em sua primeira

⁷ GOMES, Leila Margareth Rodrigues. Movimentos sociais na obra de Arthur Reis. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em História. Manaus, 2009, p. 137.

⁸ REIS, Arthur C. Ferreira. *O Seringal e o seringueiro*. 2ª ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas, 1977, pp. 106-107.

⁹ _____. *O seringal e o seringueiro*, p. 159.

¹⁰ PINTO, Renan Freitas. *A Viagem das ideias*. Manaus: Editora Valer, 2008, pp. 212-213.

obra: *História do Amazonas* (1931)¹¹. Seu estudo ainda levanta uma importante contribuição ao evidenciar através da correspondência passiva mantida entre Reis e intelectuais de renome nacional a construção de um capital cultural de considerável valor para o jovem Arthur Reis. Sidney Silva Lobato, por sua vez, ressalta o peso das preocupações políticas nacionalistas e desenvolvimentistas na produção posterior do historiador amazonense, principalmente da década de 1950 e 1960 quando se envolveu mais visceralmente em cargos políticos de maior expressão.

Leila Rodrigues Gomes, preocupada em entender como Reis percebe a participação popular na História, encontra uma historiografia de forte cunho romântico e nacionalista que não exclui totalmente o povo da narrativa histórica, mas antes o situa entre o irracionalismo e o civismo. Tal oscilação denota os momentos em que os interesses populares coincidem com o projeto encetado pelas elites regionais e nacionais, tal como os movimentos autonomistas eram compreendidos por Reis.

Difícil não concordar com Hélio Dantas quando este afirma que Reis é responsável por constituir um verdadeiro “cânone amazônico” ao criar uma narrativa fundadora sobre a região. Sua tentativa de dissecar este “cânone” nos permite entrever as vinculações entre Reis e as elites locais e o Estado em sua apologia lusófila. Tendo em vistas tais pesquisas podemos considerar que já é consenso que a obra de Arthur Reis pauta-se pela defesa de um projeto civilizador que precisaria ser continuado no presente pelo Estado (não por acaso protagonista de sua escrita da história) através não apenas de uma política de desenvolvimento material, mas principalmente científico e cultural¹².

Com certeza sua origem social (sendo filho do proprietário do Jornal do Comércio, importante veículo da elite comercial urbana amazonense, e da irmã do influente comerciante de borracha Cosme Ferreira Filho) influi bastante em sua defesa da valorização da Amazônia. Desde que a exploração da borracha entrara em declínio em 1910, a exortação da classe dirigente local a tal empreendimento adquiriu os mais variados tons: de proposição científica,

¹¹ SOUZA, Lademe Corrêa de. *Arthur Reis e a História do Amazonas: um início em grande estilo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós Graduação em História, Manaus, 2009, p. 45.

¹² DANTAS, Hélio da Costa. *Colonização e Civilização na Amazônia: escrita da História e construção do regional na obra de Arthur Reis (1931-1966)*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós Graduação em História, Manaus, 2011, p. 74.

como os projetos de Cosme Ferreira Filho¹³, à lamentação escatológica, como vemos na Canção de Fé e Esperança de Álvaro Maia¹⁴.

É preciso lembrar que Reis cresceu nesse momento de crise, vivenciando as dificuldades dos serviços urbanos e participando das reuniões dos senhores responsáveis pelo destino do Estado, seja como secretário do IGHA (onde se reuniam boa parte desses homens) desde 1926 ou como redator do *Jornal do Comércio*. Em 1928, já como bacharel pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro retorna à Manaus onde passa a lecionar nos tradicionais colégios locais, seguindo uma trajetória comum a muitos intelectuais amazonenses do período. Mas por que em sua narrativa o Estado tem papel preponderante e não a elite local? Talvez o sentimento antiliberal que marcou o final da República Velha e a ascensão da ideologia nacional-desenvolvimentista tenham incentivado sua percepção do processo histórico. Além disso, o Estado representava um importante interlocutor para uma geração de intelectuais desde a década de 1930, quando já enunciam sua vocação para o poder como nos diz Daniel Pécaut ao compará-los com a geração de 1960:

Tanto uns como outros se consideravam responsáveis pela organização racional da esfera social. Esse encontro não decorre do fato de que os que agem diretamente sobre a sociedade estejam convencidos de que somente o Estado pode promover as mudanças necessárias. Decorrem do fato de se situarem muito naturalmente, ainda que com posições diferentes, num plano acima do social, e de se considerarem coautores da produção das representações do plano político.¹⁵

A relação de Reis com o poder inicia-se por meio de cargos na pasta do Ministério do Trabalho. Já em 1930 participa da Junta Governativa Provisória que se instala no Amazonas por ocasião da chegada ao poder de Getúlio Vargas. No entanto, é durante as décadas de 1950 e 1960 em que sua atuação como homem público se intensifica. É nomeado para Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia em 1953 e já em fins de 1956 ocupa a diretoria do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia.

¹³ Muitos deles expressos em artigos na imprensa local foram reunidos em duas obras: *Amazônia em Novas Dimensões* (1961) e *Porque Perdemos a Batalha da Borracha* (1965). Ferreira Filho ainda tentou executar um projeto de seringal mais racional no perímetro urbano de Manaus, mas a experiência do Seringal-Mirim fracassou devido à baixa produtividade.

¹⁴ O escritor Álvaro Maia recitou a Canção de Fé e Esperança no Teatro Amazonas em 1923 por conta do Bicentenário da Adesão do Amazonas à Independência do Brasil. A intenção da obra era conclamar a juventude amazonense a lutar pela recuperação de sua terra, inspirando no exemplo heroico de personagens do passado como o líder indígena Ajuricaba que morreu lutando contra a escravidão de seus pares pelos portugueses. Ver BAZE, Abraham. *Álvaro Maia, memórias de um poeta*. 4ª ed. Manaus: Novos Tempos Ltda., 1998.

¹⁵ PÉCAUT, Daniel. *Intelectuais e a Política no Brasil: Entre o povo e a nação*. Ática: São Paulo, 1990., p. 184.

Um “déspota esclarecido” nos trópicos?

Alexandre Pacheco sustenta que sua nomeação para o Governo do Estado em 1964 resultou em boa medida do prestígio que desfrutava perante os meios intelectuais e institucionais brasileiros¹⁶. Sua chegada ao poder do Estado tornou-se folclórica. Muitos dizem que se tratou de uma demonstração de puro coleguismo do seu companheiro de IHGB, Marechal Castello Branco. É preciso ter em mente que a produção intelectual de Reis, que aquela altura já havia concedido inúmeras palestras na ESG, era extremamente simpática ao projeto político que os atores sociais que encetaram o golpe pretendiam realizar. Não seria exagero dizer que ao lado de Gilberto Freyre e o general Golbery do Couto e Silva, Reis ajudou a definir um pouco do espectro ideológico do regime civil-militar¹⁷.

No entanto, não havia total conformidade entre os projetos da ditadura e o pensamento de Reis como a polêmica envolvendo o apoio oficial dado aos cientistas do Instituto Interamericano de Pesquisas Tropicais. Para o historiador, o governo não enxergava a potencial ameaça à soberania nacional que os homens de ciência norte-americanos representavam¹⁸. Na tentativa de mudar a percepção do poder central, Reis iniciou uma campanha intensa pela imprensa e que posteriormente seria condensada em um livro: *Amazônia e a Cobiça Internacional* (1965).

Voltando à sua nomeação, ela também pode ser entendida como uma forma de superar o viciado jogo partidário local e garantir assim que o novo governante fosse realmente leal à nova ordem. O advogado Paulo Figueiredo, estudante de Direito simpático ao comunismo na ocasião do golpe, em suas crônicas lembra que havia candidatos locais disputando a chefia do Estado do Amazonas.

Os militares de média patente que mantinham luta surda e obstinada pela conquista do poder do Estado, desde os primeiros dias do Golpe de Abril, dentre eles o capitão Amazonas e o major Félix, haviam perdido a indicação de seus nomes. O marechal-presidente da República, Humberto de Alencar Castelo Branco, senhor absoluto do movimento militar que depôs Jango

¹⁶ PACHECO, Alexandre. Como governei o Amazonas: a ética do literato e historiador Arthur Cezar Reis diante do poder (1964-1967). In: XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH. Fortaleza, 2009, p. 3.

¹⁷ Uma análise mais detida da contribuição teórica de Reis se faz necessária, mas acreditamos que ela diga respeito em grande medida à geopolítica. Nesse sentido, *A Política de Portugal no Vale Amazônico* (1940) e *Amazônia e a Cobiça Internacional* (1965) são livros essenciais.

¹⁸ JORNAL DO BRASIL. *Artur Reis afirma que não quer órgãos nacionais ignorados por estrangeiros*. São Paulo. 18 mai. 1965, p. 17.

Goulart, já havia escolhido o novo governador. Tratava-se de Arthur Cesar Ferreira Reis [...].¹⁹

Reis surge como candidato ideal para o governo central não apenas pela sua conformidade ideológica para com o novo regime, mas também pela sua imagem de figura apartidária. Imagem essa construída pelo próprio historiador no decorrer de sua carreira como homem público, como vemos no trecho abaixo:

O governador Arthur Reis disse ser um homem modesto e pobre. Não possui fortuna, nem imóveis apenas está adquirindo um apartamento de sala e quarto que pretende legar aos filhos. Possui uma biblioteca com 12.000 volumes o que considerou sua riqueza pois é educador.²⁰

No entanto, há controvérsias sobre o “apartidarismo” e a “probidade” de Reis. O senador Desirèe Guarani alega a um jornal que Reis havia desviado verbas no tempo em que ocupou a SPVEA²¹. Além disso, reclamações do líder trabalhista amazonense Plínio Coelho dão conta de que o historiador amazonense, uma vez instalado em tal órgão, estaria privilegiando elementos oriundos da UDN. O próprio Reis (um intelectual da ordem não nos esqueçamos) interpretava sua nomeação como repercussão de sua postura administrativa fortemente hierárquica:

Ademais à frente de órgãos e serviços da União, conquistara o respeito de meus superiores hierárquicos na administração federal, autorizando a escolha de que não participava da vida partidária e se realizava como professor universitário e servidor da União.²²

A decisão de Castello Branco é acatada pela Assembleia Legislativa do Amazonas que com a exceção de um voto (do então deputado Bernardo Cabral que votou no jurista Waldemar Pedrosa) elege seu novo governador. A posse de Arthur Reis transcorre sobre o olhar atento do comandante militar da Amazônia, general Jurandir Bizarria Mamede.

Como dissemos, os estudos sobre a produção historiográfica de Arthur Reis tem crescido. Contudo, pesquisas sobre seu governo ainda são escassas. Percebe-se que o historiador, comparado pelo discípulo Leandro Tocantins ao Marquês de Pombal²³, tem sido poupado. Quando o assunto é seu mandato à frente do estado do Amazonas salienta-se ou

¹⁹ FIGUEIREDO, Paulo. *Comissão da Verdade (12) – a eleição de Arthur Reis*. Diário do Amazonas, 2013. Captado em: <http://blogs.d24am.com/artigos/2012/09/22/comissao-da-verdade-12/>. Acesso em: 15 nov. 2013

²⁰ O JORNAL. *Arthur Reis ao assumir governo: Desejo integrar o Amazonas no espírito da Revolução Brasileira*. Manaus, 28 jun. 1964, p. 8.

²¹ ÚLTIMA HORA. *Renúncia o Ditador do Amazonas*. Rio de Janeiro, 13 ago. 1964, p. 1.

²² REIS, Arthur C. Ferreira. *Como Governei o Amazonas*. Manaus: Imprensa Oficial, 1967, p. 13.

²³ TOCANTINS, Leandro. *Arthur C. F. Reis: Da História a Governo do seu Estado*. In: REIS, Arthur C. Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte/ Manaus: Editora Itatiaia/ Superintendência Cultural do Amazonas, 1989, p. 18.

seu incentivo às artes, considerada pelo cineasta Aurélio Michiles²⁴ como período de “renascença cultural”, ou a modernização encetada por ele com o consentimento da ordem central²⁵. Passam ao largo de seus arroubos autoritários, que precisam ser buscados ou nos periódicos da época ou em anedotas políticas. Falaremos a seguir de alguns casos.

O jornalista Arlindo Porto (que fora cassado imediatamente após o golpe de 1964 por seus colegas da Assembleia Legislativa Estadual graças à posição central em que ocupava no Partido Trabalhista Brasileiro local) em *Poucas e Boas* nos conta da tensão que imperava nas redações amazonenses quando o assunto era Arthur Reis.

O governador Arthur Cezar Ferreira Reis não aceitava críticas da imprensa ao seu governo. Quando não gostava de uma notícia, enviava às redações dos jornais uma nota virulenta, agressiva, desmentido a informação e, o que era mais grave, ameaçava fechar o jornal, como havia feito com ‘O Trabalhista’ e ‘A Gazeta’, tidos como seus opositores.²⁶

O também jornalista Orlando Farias, através da memória de veteranos da imprensa local, relata que o empastelamento de “O Trabalhista” (jornal mantido por Plínio Ramos Coelho) se deveu a um minúsculo e debochado artigo:

A ideia central do artigo era a parábola de que macaco solto em casa de louça acaba destruindo tudo. A matéria teria irritado profundamente o governador e a reação à sua publicação veio imediatamente. No dia seguinte ao artigo provocador, o jornal foi atacado ferozmente por um grupo de pessoas à paisana que chegou atirando. Não havia ninguém na redação porque o jornal tinha recebido a informação [d]o atentado por um comissário de polícia amigo – Jorge Cabral dos Anjos. Os jornalistas se retiraram para o restaurante ‘A Maranhense’, na Eduardo Ribeiro²⁷.

Não escapavam da sanha de Reis nem mesmo os deputados estaduais. Nas páginas do *Jornal do Brasil* encontramos a menção a um discurso proferido pelo deputado estadual e suplente do senador Arthur Virgílio, Desirée Guarani, no Senado em 11 de agosto de 1964. Nele, o parlamentar teria denunciado o enterro da democracia no Amazonas:

Explicou que tudo tem origem no fato de o Governador sentir horror a críticas, tendo ficado descontente com a derrubada de um veto pela Assembleia, o que atribuiu à intervenção do ex-Governador Plínio Coelho, cuja prisão determinou. [...] – Mas – prosseguiu – os fatos graves não ficaram nessa intervenção contra o Legislativo estadual. Tendo sido solicitado o habeas-corpus em favor do Sr. Plínio Coelho, o Tribunal de

²⁴ MICHILES, Aurélio. *E tu me amas?* In: Revista Somanlu, ano 5, n. 1, jan/jun, Manaus: EDUA/CAPES, 2005, p. 14.

²⁵ FILHO, Cosme Ferreira. *Documentário Comemorativo do Primeiro Centenário da Associação Comercial do Amazonas (1871-1971)*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1971, p. 182.

²⁶ PORTO, Arlindo. *Poucas e Boas*: Eu também conto “causos”. Manaus: Editora Uirapuru, 2004, p. 29.

²⁷ FARIAS, Orlando. *A Dança dos botos e outros mamíferos do poder*. Manaus: Editora Valer, 2010, p. 62.

Justiça se reuniu às 3 horas da manhã, solicitando informações ao Secretário de Justiça e Interior, nada informou, pois o responsável direto pela prisão era o próprio Governador Arthur Reis.

-Pedi, então, o Tribunal informações ao Governador. Mas este proibiu que qualquer pessoa se aproximasse do Palácio, impedindo a entrega do documento. Dando outra demonstração de como é atrabiliário, determinou o cerco também do Tribunal de Justiça, desrespeitando mais esse poder.²⁸

Em nome da estabilidade que a nova ordem pretendia cultivar ou ao menos fingir cultivar, o comandante militar da Amazônia atua como um negociador. Plínio Coelho é entregue às autoridades militares que o libertam. Reis, em protesto, renuncia. Algum tempo depois, sua jogada vinga:

Porta-vozes do Sr. Artur César Ferreira Reis disseram que o motivo para a desistência do pedido da renúncia fora a decretação de nova prisão para o ex-Governador Plínio Coelho, o que foi feito ontem pela manhã pelo Major José Alípio, encarregado geral dos inquéritos policiais-militares que se desenvolvem no Amazonas, sob a alegação de ‘prática de atos subversivos’.

Tal fato e o apelo do Marechal Castelo Branco, feito através do seu enviado especial, Major Costa Rêgo, determinaram o recuo do governador amazonense, que se oficializou na noite de ontem.²⁹

Sob o pretexto de que Plínio Coelho estava envolvido com o comunismo – representado pela figura do escritor Aldo Morais que foi alçado à condição de diretor da Secretaria de Economia e Finanças em seu governo – e a corrupção – principalmente no interior do Departamento de Estradas e Rodagem do Amazonas (DERA), chefiado durante boa parte de sua existência pelo deputado Jaime Araújo – sua prisão foi novamente decretada, mas o líder regional do trabalhismo havia fugido tão logo fora solto pelos militares.

A perseguição a Plínio Coelho pode parecer uma obsessão doentia, mas há que se ter em mente que as atitudes de Arthur Reis são desdobramentos de conflitos políticos e partidários da década de 1950. O fenômeno político do trabalhismo amazonense, capitaneado inicialmente por Plínio Coelho e depois por Gilberto Mestrinho, passou a se desenvolver a partir de 1954 apoiando-se em causas populares, tais como a defesa dos trabalhadores do Porto de Manaus e o reajuste salarial dos funcionários públicos. Pouco a pouco, o movimento radicaliza-se, ao ponto de participar de conflitos com a elite comercial e extrativista.

Tornou-se consenso que não havia uma ideologia pronta quando da implantação do golpe em 1964, mas apenas certo descontentamento com o governo de João Goulart a

²⁸ JORNAL DO BRASIL. *Senador acusa Reis de liquidar a democracia*. São Paulo, 12 ago. 1964, p. 3.

²⁹ ÚLTIMA HORA. *Ditador renuncia à renúncia*. Rio de Janeiro, 14 ago. 1964, p. 2.

orientar uma rede tão heterogênea de atores sociais. Descontentamento e uma boa dose de anticomunismo, diga-se de passagem. Alguns, como o jornalista Elio Gaspari, chegam a afirmar que a confusão ideológica perdurou pelos 21 anos subsequentes³⁰; já outros, como o historiador Carlos Fico, propõem que se entenda o regime à luz de uma difusa “utopia autoritária”, onde nacional-desenvolvimentismo combinava-se com autoritarismo³¹. Carlos Nelson Coutinho, apoiando-se em Gramsci, acredita que a nova ordem instalada a partir de 1964 no Brasil deve ser compreendida como um bloco histórico amparado por uma ideologia desmobilizadora³².

Ora, as agitações promovidas pelos movimentos sociais no período imediatamente anterior, cada vez mais radicais, assustavam os elementos mais tradicionais da sociedade. Na cidade de Manaus ficaram famosas as paralisações feitas pelo Sindicato dos Trabalhadores do Porto de Manaus, liderados em boa medida pelo estivador Antogildo Pascoal Viana. O desembargador Oyama Ituassu, por exemplo, guardou na memória uma greve geral dos condutores de automóveis nos idos de 1960:

Em certo dia de agosto de 1960 ou 1961, se não me falha a recordação dos tempos, a cidade amanheceu sem transporte: os choferes em greve, o trânsito paralisado, estabelecido o Comando Geral da Greve que se apresentou logo para agir aos modos dos agitadores profissionais, tomando medidas drásticas e eficazes para o sucesso da empreitada. [...] Certa alta autoridade do Estado desfilou em carro aberto pela avenida Eduardo Ribeiro, saudando os grevistas, que o aplaudiram entusiasticamente.³³

Para o desembargador tais greves e paralisações tratavam-se de um elemento nocivo à sociedade, fruto da escravidão ideológica dos líderes sindicais para com o marxismo e o trabalhismo de Coelho e Mestrinho. Ituassu constrói, através de sua memória, um painel caótico:

Houve instantes em que se chegou a temer um choque violento entre forças policiais e as do Exército, motivado pela resistência daquelas à presença de tropas militares para garantia dos que desejavam trabalhar. As greves se sucediam por motivos os mais pueris e justamente nos setores mais

³⁰ GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. As ilusões armadas. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 40.

³¹ FICO, Carlos. *Além do Golpe*: A tomada do poder em 31 de março de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 74.

³² COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci no Brasil: recepção e usos. In: MORAES, João Quartim (Org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias e interpretações*, v. 3. 2ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, pp. 185-186.

³³ ITUASSU, Oyama. *O Colonialismo e a escravidão humana*. Manaus: Academia Amazonense de Letras/ Governo do Estado do Amazonas/ Editora Valer, 2007, p. 111.

essenciais à coletividade, sem que as autoridades estaduais obstaculizassem o processo implantado de agitação, ou procurassem solucioná-lo.³⁴

Não é de se admirar que logo após o golpe os primeiros cassados são os líderes sindicais. Antogildo Pascoal Viana muda-se para o Rio de Janeiro. Dias depois, seu corpo aparece estirado perto do prédio do hospital da Previdência Social onde trabalhava. A suspeita recai, como haveria de ser, no suicídio³⁵. O vereador Manoel Rodrigues da Silva, representante dos trabalhadores da construção civil, tem o mandato cassado por ser comunista³⁶. Como nos afirma o gráfico Aviz Valente, as organizações de esquerda como o Partido Comunista Brasileiro tinham um raio de ação reduzido, mas sua força estava em seus ideais nacionalistas que contagiavam mesmo lideranças sindicais não vinculadas ao PCB³⁷.

Tal status talvez explique a maior atenção destinada nos Inquéritos Policial-Militar aos trabalhistas e não aos comunistas. Nos 30 processos iniciais realizados pela Comissão Estadual de Inquéritos (composta por David Melo, Garcetylzo Lago Silva, Pery Nery e Major José Felix Silva, sendo este último seu presidente) em sua maioria encontramos elementos ligados ao governo trabalhista, como Jaime Araújo³⁸. Mesmo magistrados que decidissem em favor dos processados eram atingidos: temos aqui o caso dos juízes Benjamin Brandão e Oswaldo Salignac. A aposentadoria compulsória expedida por Reis após este último conceder habeas corpus a Plínio Coelho gerou uma nova crise em janeiro de 1965. Novamente a solução passou pela “conciliação”: Reis voltou atrás em sua decisão e Salignac aposentou-se voluntariamente³⁹.

Aliás, importante ferramenta a “conciliação”. Seu uso se fez tão necessário para os articuladores da nova ordem quanto à repressão, na tentativa de forjar uma pretensa unidade interna. Com efeito, o receio da instabilidade permitiu que um grupo extremamente radical ascendesse aos canais do poder e iniciasse os “anos de chumbo”. Por isso é salutar compreender a ditadura civil-militar não apenas como um regime sustentado pela repressão política, mas também por uma rede de práticas das quais a conciliação e a cooptação faziam

³⁴ _____. *O Colonialismo e a escravidão humana*. p. 108.

³⁵ ÚLTIMA HORA. *Líder se Mata*. Rio de Janeiro, 9 abr. 1964, p. 2.

³⁶ O JORNAL. *Cassado o Mandato de Manoel Rodrigues da Silva*. Manaus, 25 abr. 1964, p. 1.

³⁷ VALENTE, Aviz. *Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas: Antecedentes e protagonistas*. Manaus: Travessia, 2005, p. 100.

³⁸ SUMÁRIO DE INQUÉRITOS. Manaus: Imprensa Oficial, 1965, pp. 98-99.

³⁹ JORNAL DO BRASIL. *Reis enfrenta oposição no Amazonas para salvar revolução*. São Paulo, 17 jan. 1965, p. 27.

parte. Quanto a esta última, a relação do governo com a intelectualidade manauara é bem representativa.

Nos anos 60, a renovação artística em Manaus tem nome: Clube da Madrugada. Este movimento, fundado em novembro de 1954 por estudantes e profissionais liberais, visava trazer ao ambiente cultural amazonense os ideais do modernismo. Suas ações pautaram-se em combater o academicismo na pintura e o romantismo na literatura local de então, simbolizada pela Academia Amazonense de Letras.

Na realidade, o movimento era tão heterogêneo ideologicamente que abrigava desde monarquistas convictos como o poeta Luiz Bacellar até comunistas como o músico Pedro Amorim e o Padre Luiz Ruas. Contudo, por defenderem uma arte engajada com a realidade social amazônica já era o suficiente para serem confundidos com “cédula comunista”.

O poeta Jorge Tufic, um dos fundadores do movimento, lembra que nos primeiros momentos de abril de 1964 o Clube da Madrugada foi alvo preferencial dos Inquéritos Policiais Militares⁴⁰. Elson Farias, também poeta, lembra que Arthur Reis “ao assumir o governo, ofereceu-lhes um belo jantar na residência oficial e jamais deixou de estar com os madrugadores [...]”⁴¹. A discussão sobre a perseguição e cooptação do Clube da Madrugada, pontos de vista adotados respectivamente por José Vicente Aguiar⁴² e Márcio Souza⁴³, revela a ambiguidade do projeto político-cultural de Arthur Reis.

Após as cassações e prisões políticas, o novo governador passou a investir na publicação de livros sob o selo Edições do Governo do Amazonas da Imprensa Oficial do Estado e na promoção de concursos literários como o Prêmio Estelita Tapajós. Além disso, através da fusão em 1965 das Faculdades de Direito, Economia, Odontologia e Filosofia realizou o antigo projeto do senador Artur Virgílio Filho de se fundar uma Universidade do Amazonas. No mesmo ano, através do empresário Luiz Maximiano Miranda Corrêa, contrata o cineasta Glauber Rocha para produzir um vídeo promocional para o Estado: *Amazonas, Amazonas* (1966).

⁴⁰ TUFIC, Jorge. *Clube da Madrugada: 30 anos*. Manaus: Imprensa Oficial, 1984, p. 58.

⁴¹ FARIAS, Elson. *Memórias Literárias*. Manaus: Editora Valer/ Uninorte, 2006, p. 108.

⁴² AGUIAR, José Vicente de Souza. *Manaus: Praça, café, colégio e cinema nos anos 50 e 60*. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2002, p. 90.

⁴³ SOUZA, Márcio. *A expressão amazonense*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977, p. 152.

Seu sucessor e discípulo, o empresário Danilo Mattos Areosa também promoveu uma modernização no Departamento de Imprensa, Propaganda e Turismo do Amazonas (DIPTEA) incentivando, dentre outras coisas, a realização do Festival Norte de Cinema Amador em 1969, responsável pela redescoberta do cineasta Silvino Santos e pela presença dos diretores Joaquim Pedro de Andrade e Rogério Sganzerla, dentre outros. Além disso, em seu governo promoveu-se, em 1967, o Seminário de Revisão Crítica da Cultura do Amazonas, com vistas a criar um órgão adequado para a política cultural local. De tais reuniões nasceria o Conselho Estadual de Cultura e a Fundação Cultural do Amazonas em 1969⁴⁴.

Quando faz seu provocador discurso de posse na Academia Amazonense de Letras, em 1967, Arthur Reis constata que “a política de espírito não foi nunca uma preocupação dos governantes”⁴⁵ e a seguir enumera algumas iniciativas realizadas durante seu governo nesse sentido. Ademais, desde que saíra do poder, já estava participando do recém-criado Conselho Federal de Cultura e estimulando ao lado de intelectuais como Josué Montuello, Ariano Suassuna e Djacir de Menezes a formulação de uma política cultural de abrangência nacional.

O Conselho Federal de Cultura é uma resposta à hegemonia cultural da esquerda. O novo regime, dispondo do auxílio de intelectuais tradicionais como Reis ou Freyre, busca instituir um discurso artístico e científico que preze pela integração nacional e ao mesmo, através de seus novos órgãos, fomenta uma regularização da cultura. Muitos enxergaram nessa última prática um meio de assegurar sua precária condição de artista, ou seja, de profissionalizar seu campo – talvez esta tenha sido a motivação que levou alguns dos “madrugadores” a participar do DIPTEA e do Conselho Estadual de Cultura nos anos 60 e 70.

O que as ruas têm a dizer sobre Reis?

O correspondente especial do Jornal do Brasil em Manaus, José Maria Mayrink, faz uma observação extremamente interessante para repensarmos o governo do historiador amazonense:

Um ponto há, no entanto, que dá margem a críticas e ataque dos adversários: o Professor Artur Reis se tem mostrado, até agora, incapaz de

⁴⁴ FARIAS, Elson. *Memórias Literárias*. pp. 109-111.

⁴⁵ REIS, Arthur C. Ferreira. Elogio a Estelita Tapajós. *Revista da Academia Amazonense de Letras*. Manaus: Tipografia Fênix, jul. 1968, p. 159.

compreender as correntes políticas do Amazonas e de se aproximar do povo, já acostumado a penetrar, sem pedir licença, no Palácio Rio Negro, graças a dez anos de Governo popular dos trabalhistas Gilberto Mestrinho e Plínio Coelho [...]. Essas críticas, feitas sempre nas esquinas, na falta de jornal de Oposição, exploram o passado relembrando os bons tempos dos dois últimos Governadores, “homens que andavam de manga de camisa e percorriam os bairros a pé, conversando com quem deles se aproximava.”⁴⁶

Nesse pequeno fragmento encontramos uma série de pontos cruciais para se pensar a relação deste intelectual com o governo e com a população. Em primeiro lugar, o evidente estranhamento de Reis para com as classes populares. E temos motivos para crer que a recíproca era verdadeira: conversas informais com trabalhadores aposentados que vivenciaram esta época revelam indiferença e mesmo ressentimento para com este nome. Não nos esqueçamos de que boa parte das obras empreendidas por ele na cidade confrontava com os modos de vida da população carente. Como nos tempos da *Belle Époque*, a modernização pedia uma cidade mais racional, em outras palavras, melhor preparada para atender o capital industrial.

Afinal, a Zona Franca de Manaus ainda estava em discussão naquele momento. Sua implantação seria executada apenas em 1967, depois de devidamente reformulada como projeto que conjugasse a expansão industrial e agropecuária tal como previa a Operação Amazônia⁴⁷. Para assegurar a instalação do polo industrial seria preciso redimensionar a cidade e aperfeiçoar a máquina administrativa. Nesse último quesito, podemos citar os cursos oferecidos por economistas e administradores da Fundação Getúlio Vargas, convidados pelo próprio governador, e o fortalecimento do Departamento de Administração do Serviço Público (DASP) como essenciais na tentativa de racionalização burocrática. Quanto ao aspecto logístico, uma série de obras foi executada por Arthur Reis como a modernização do Porto de Manaus.

A destruição, em 1965, da Cidade Flutuante – espécie de apêndice fluvial de Manaus para onde afluíam famílias de trabalhadores vindas do interior e de outros estados desde 1920 – foi encetada por ele. Os moradores foram realocados para conjuntos habitacionais no Bairro

⁴⁶ MAYRINK, José Maria. Reis enfrenta oposição no Amazonas para salvar revolução. *Jornal do Brasil*: São Paulo, 17 jan. 1965, p. 27.

⁴⁷ Importante lembrar que o projeto da Zona Franca quando fora proposto pelo deputado estadual Francisco Pereira da Silva em 1957 basicamente dizia respeito a um entreposto comercial. Fora definido como projeto de expansão industrial já em 1960 e entre 1964 e 1967 passa a integrar parte da Operação Amazônia, projeto nacional-desenvolvimentista do regime que pretendia incentivar a ocupação do espaço amazônico com vistas a protegê-lo de possíveis ameaças externas.

da Paz e da Raiz. Aliás, por mais que os conjuntos habitacionais tenham proliferado, será as invasões a forma de ocupação do espaço urbano por excelência nos anos posteriores.

Desde 1957, o Festival Folclórico de Manaus era realizado na Praça General Osório. O evento junino reunia as quadrilhas de boi bumbá, dentre outros folguedos, de todos os bairros da cidade para competição. Cada bairro treinava o ano inteiro suas apresentações. Não tardou para que os governadores enxergassem nesse evento de amplo alcance popular a oportunidade para se promoverem. Gilberto Mestrinho, por exemplo, fazia chegadas apoteóticas ao palanque improvisado no local. Mas depois de 1964 essa grande festa popular foi definhando. Principalmente após a perda da Praça General Osório, encampada pelo Colégio Militar em 1970⁴⁸. Eis o cotidiano sendo invadido pela ditadura civil-militar, sendo o espaço de moradia e de lazer desarticulado.

Desarticulação não significa destruição. É preciso ter isto em mente para que não tenhamos uma compreensão unilateral desse processo. O sociólogo José de Souza Martins ao abordar o impacto do capitalismo na Amazônia nos traz uma importante contribuição para compreender não apenas a questão econômica e fundiária, mas também cultural.

Há uma reciprocidade de consequências, o que não quer dizer equidade. Os grupos vitimados por esses programas lançam neles contradições, tensões, desafios. A partir do momento em que essa interferência se dá, ela não se efetiva apenas através da coisa física, que é a barragem, o lago ou rodovia. Os projetos se materializam em obras que se apresentam diante de indígenas e camponeses através de pessoas diferentes e de relações sociais novas. Mesmo velhas relações sociais são substancialmente alteradas, embora mantenham a forma exterior. [...] Indígenas e camponeses não ficam fora dessas relações. São por elas envolvidos de algum modo, geralmente numa relação de alteridade.⁴⁹

A defesa da alteridade feita pelo pesquisador é o reconhecimento de indígenas e camponeses como sujeitos históricos. Não é por menos que Martins ampara-se nos estudos de Edward Thompson, grande defensor da recuperação da experiência como categoria analítica para a História. Significa dizer também que os trabalhadores de Manaus também condicionaram os projetos urbanísticos, econômicos e políticos previstos pelo golpe que se pretendia “revolução”.

⁴⁸ OLIVEIRA, José Aldemir. *Manaus de 1920-1967*. p. 153.

⁴⁹ MARTINS, José de Souza. A chegada do estranho (nota e reflexões sobre o impacto dos grandes projetos econômicos nas populações indígenas e camponesas da Amazônia). In. HEBETE, Jean (Org.). *O cerco está se fechando: O impacto do grande capital na Amazônia*. Petrópolis: Editora Vozes/ NAEA/ Fase, 1991, p. 18.

Perceba que as ruas são consideradas pelo articulista como um espaço alternativo para a política, uma vez que os meios tradicionais como os jornais ou as tribunas encontravam-se obstados. A resistência perdura, ainda que de forma dispersa. O poeta e jornalista Aldísio Filgueiras em depoimento apresenta a luta contra o poder em Manaus como uma batalha cheia de limitações:

Porque Manaus era um ovo! O Serviço Nacional de Informações sabia da gente, mais do que a gente sabia da gente. E todo mundo se conhecia e de repente o nome da gente estava dentro de uma redação de jornal. “*Tem o fulano, tem o sicrano*”. [...] Agora a sociedade amazonense rendeu-se muito fácil à ditadura militar, rendeu-se muito fácil. Tanto que era fácil controlar. Mesmo a rebeldia da gente, do ponto de vista político, era muito bem controlada. Hoje eu sei disso. Era muito bem controlada. Eles faziam uma manifestação à noite, clandestina, só faltava sair como manchete no jornal. Porque todo mundo sabia quem era o cara! Parece que o DNA ficava ali, fulano de tal.⁵⁰

Filgueiras, um dos líderes das manifestações estudantis do Colégio Estadual D. Pedro II durante os anos 50 e 60, dimensiona como ampla a aceitação do novo regime em terras manauaras. Mas é preciso problematizar: de que “sociedade amazonense” estamos falando? Seria a elite comercial e urbana, confiante de que suas aspirações econômicas seriam finalmente atendidas pelo nacional-desenvolvimentismo da ditadura? Ou seria a classe média, órfã de um projeto político que lhe sustentou tal como o trabalhismo local lhe sustentou? Talvez os segmentos populares, convencidos de que o capitalismo industrial que a Zona Franca atrairia sanasse sua precária condição de vida?

O poeta fala em termos de uma resistência aberta, mas há também uma resistência implícita que muitos confundem com mudez. O descontentamento das ruas em relação ao custo de vida já fora apontado por José Mayrink em outra ocasião como “termômetro da Revolução” no Norte e Nordeste⁵¹. Nesse sentido, encontramos no editorial do jornal *A Crítica* um apelo desesperado:

NÃO SE pode mais desconhecer a dramática situação que aflige a população de Manaus ante o vertiginoso aumento do custo da vida, levando uma coletividade inteira às portas da fome. [...] Uma ligeira análise do descontrole nos preços dos gêneros essenciais a alimentação do povo aponta alta diária, sem uma justificativa honesta.⁵²

⁵⁰ FILGUEIRAS, Aldísio Gomes. *Aldísio Gomes Filgueiras*: depoimento [30 jul. 2012]. Entrevistadores: Francisca A. F. da Silva, Maurílio F. Sayão e Vinícius A. do Amaral. Manaus: Amazonas em Tempo (sede), 2012.

⁵¹ MAYRINK, José Maria. Norte e Nordeste esperam a reforma eleitoral para pensar nas eleições. *Jornal do Brasil*. São Paulo, 31 jan. 1965, p. 4.

⁵² A CRÍTICA. *Momento oportuno*. Manaus, 30 jul. 1964, p. 3.

O apelo ao governo estadual é de que pressione a Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) para abaixar o preço da carne verde e normatizar o seu fornecimento – sendo que ambas as medidas dependiam de enfrentar o monopólio dos grandes donos de cabeça de gado dos pastos de Rio Branco e de vencer as enchentes dos rios que dificultavam seu transporte. O governador promete investir no setor agrícola, avicultor e frigorífico, mas tal situação perduraria até a segunda metade dos anos 70⁵³.

Enquanto as obras de modernização da cidade focam em boa medida no centro (tal como o projeto urbanístico de Gilberto Mestrinho em 1960, “Novo Amazonas”), os demais bairros clamam para que os serviços urbanos sejam direcionados até eles também.

BAIRROS ABANDONADOS

Moradores dos bairros de Petrópolis e Raiz estão sob a contingência de venderem suas casas, procurando outros bairros para morar em virtude das dificuldades que enfrentam sem água, luz e com as ruas repletas de buracos, impossibilitando o tráfego de veículos. Isso foi o que nos disse uma comissão vinda à nossa redação⁵⁴.

O abandono pelo poder público resulta muitas vezes não apenas de indiferença, mas de rancor. Vejamos o caso do bairro de Santa Luzia, importante reduto eleitoral trabalhista, que na década de 1970 não recebeu qualquer ajuda do prefeito Paulo Pinto Nery. “De acordo com o testemunho dos moradores mais velhos, o prefeito nada fazia pelo mesmo porque estava se vingando da ‘desfeita’ da população em seu comício na eleição de 1962, na praçinha, ocasião em que levou uma ‘chuva’ de pedras e ovos”⁵⁵.

Evidente que muitos destes problemas já existiam antes da ditadura civil-militar – alguns foram até parcialmente sanados nos anos 60, como a instalação da rede elétrica – mas a partir de 1964 eles tomam outra tônica. Afinal, a falta de eletricidade e saneamento básico e o preço alto da carne são reclamações antigas que ao unirem-se com o arrocho salarial e a intervenção nos sindicatos produzem um caldeirão de insatisfação que não explode necessariamente em protestos organizados.

A marginalização e a precarização do trabalho, da moradia, do lazer, em suma do cotidiano popular já era uma realidade pela qual estes homens e mulheres estavam familiarizados. Basta lembrar a poderosa segregação urbana que a reconfiguração da cidade

⁵³ A CRÍTICA. *Na meta do Governo: Abastecimento à população*. Manaus, 06 jul. 1964, p. 1.

⁵⁴ A CRÍTICA. *Sim e Não*. Manaus, 21 jan. 1965, p. 3.

⁵⁵ FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. *Santa Luzia: História e memória do povo do Emboca*. Manaus: Edições Muiraquitã, 2008, p. 31.

pelo *boom* da borracha operou no começo do século. Mesmo tal processo foi burlado por meio de táticas as mais diversas, como aponta o estudo de Francisca Deusa Costa⁵⁶.

Não é difícil entender, portanto, a comparação com o período anterior, onde a política parecia muito mais próxima dessas classes marginalizadas. Inegável que tanto Coelho quanto Mestrinho excursionavam mais o cotidiano dos trabalhadores que os governadores que se seguiram. A força dessas relações, que ultrapassam o assistencialismo, perdura mesmo depois de tantas cassações e intervenções nos sindicatos, afinal lá estão os trabalhadores exigindo melhores condições de vida não só nas redações dos jornais, mas também no próprio Palácio Rio Negro.

Por isso, encontramos um posto todo seu para Gilberto Mestrinho na memória popular enquanto o mesmo não pode ser dito de Arthur Reis. Ora, trata-se aqui de uma recusa ao passado, como nos diz Jean Chesneaux, de um passado em que as classes populares não se reconhecem tamanho é o descompasso entre as ações do poder e os anseios de transformação social⁵⁷.

Aqui um adendo se faz necessário: ao contrário do que a memória popular pode sugerir, a truculência política e a marginalização espacial não foram exclusividades do regime civil-militar. Pode-se ter a impressão de que antes do golpe de 1964 era realmente tal como a pintara o desembargador e sociólogo André Araújo: “Em Manaus habita um povo alegre. Não foi sem motivo que o escritor Raul de Azevedo cognominara Manaus de ‘Cidade Risonha’. É que ria a cidade, ria com o seu povo”⁵⁸. Longe disso. Segundo Aviz Valente, na época representante dos gráficos e membro da Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas, o pioneiro do trabalhismo no Amazonas “[...] revelou-se no segundo mandato a antítese do Plínio Coelho do primeiro governo. Nas greves por melhores salários, ia às rádios sofismar e ameaçar sindicalistas e trabalhadores em greves”⁵⁹.

Quanto ao historiador-governador, por mais que tenha considerado em seus livros – especialmente em *Como Governei o Amazonas* (1967) – a experiência como positiva, por ter

⁵⁶ COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando Viver Ameaça a Ordem Urbana: Trabalhadores urbanos em Manaus (1890-1915)*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontífice Universidade Católica de São Paulo, 1997. 120 fls.

⁵⁷ CHESNEAUX, Jean. *Devemos Fazer Tábula Rasa do Passado?* Trad. Marcos A. Silva. São Paulo: Editora Ática, 1995, p. 38.

⁵⁸ ARAÚJO, André. *Sociologia de Manaus: Aspectos de sua aculturação*. Manaus: Fundação Cultural do Amazonas, 1974, p. 265.

⁵⁹ VALENTE, Aviz. *Confederação Geral dos Trabalhadores do Amazonas*, p. 123.

contribuído com o desenvolvimento da Amazônia ao abrir caminho para a introdução do capitalismo industrial em Manaus e por ter sido um dos primeiros governantes a ensaiar uma política cultural para o Estado, teve sua imagem desgastada por conta das inúmeras atribuições de seu mandato, principalmente por conta da repercussão nacional de suas contendas com o Legislativo e o Judiciário.

Se sua imagem de homem público sofreu um abalo, o mesmo não se pode dizer de sua carreira enquanto intelectual. Basta lembrar que por muitos anos Arthur Reis ainda seria considerado o “Heródoto caboclo”, principalmente na região Sudeste onde o desconhecimento parcial da historiografia sobre a Amazônia permitia que sua obra fosse identificada com uma narrativa fundadora. O próprio historiador, ao assumir a missão de defender o conhecimento sobre a Amazônia nos centros culturais nacionais, contribuía para a consolidação dessa percepção.

Considerações finais

Há certa coerência entre as considerações historiográficas de Arthur Reis e as medidas tomadas em seu governo. Reis defende o projeto civilizador de outrora e participa da execução de outro naquele momento. Projeto esse que também contemplava a esfera cultural, uma vez que em seu entendimento o grande sucesso da experiência portuguesa resultou da conjunção entre conhecimento e ação. O desenvolvimento cultural que o historiador perseguia coincidia perfeitamente com a necessidade de legitimidade intelectual que o novo regime buscava.

Aliás, Arthur Reis estava muito bem sintonizado com a ditadura civil-militar: não eram só seu rascunho de política cultural – que adquiriu contornos mais definidos após assumir a presidência do Conselho Federal de Cultura entre 1969 e 1972 – e sua defesa da modernização conservadora que coincidia com as pretensões do novo regime, mas também à ânsia punitiva para com velhas mágoas políticas. As redações de jornais empastelados, os desembargadores aposentados compulsoriamente e os políticos cassados que o digam.

Há uma dupla autoridade que Arthur Reis se atribui: a primeira, enquanto profundo conhecedor e, por consequência, defensor da Amazônia, assemelha-se ao papel que o perito

assume na sociedade contemporânea segundo Michel de Certeau⁶⁰; a segunda, diz respeito ao poder de fato lhe outorgado pelo novo regime e justificado, a seu ver, pela sua longa folha corrida enquanto administrador. Seja como intelectual respeitado, estadista modernizador ou figura de proa do autoritarismo baré, Arthur Reis tem um lugar garantido na memória política e intelectual de Manaus. Contudo, o mesmo não se pode dizer em relação á memória popular. Porém, mesmo o silêncio das ruas sobre Reis já diz muito.

Acreditamos que o caso aqui analisado nos faz pensar não apenas nas inúmeras possibilidades de pesquisa sobre a ditadura civil-militar em Manaus, mas também nas próprias imbricações políticas que envolvem a escrita da história. Como diria Jean Chesneaux, a história é uma prática social e coletiva. Walter Benjamin, ao dizer que a história é um tempo saturado de agoras, chama a atenção para a enriquecedora dialética entre passado e presente na prática historiográfica⁶¹.

Ora, vivemos um momento em que a investigação sobre períodos obscuros de nossa história tomaram uma amplidão inesperada. Principalmente após a formação da Comissão Nacional da Verdade, em 2012. No entanto, acreditamos que tal empreitada carrega não só um imperativo ético, mas também social, justamente pela luz que lança sobre problemas sociais que ainda nos afetam – tais como a corrupção, a questão indígena, a reforma agrária, a qualidade de vida nos centros urbanos, dentre outros.

Mesmo um intelectual tradicionalista e conservador como Arthur Reis já sabia do imenso potencial transformador do conhecimento histórico. Claro que se nós, historiadores, queremos trabalhar para um projeto de transformação social menos desigual devemos nos dispor, diferentemente de Reis, a, também, dialogar com as ruas.

Recebido em: 01/12/2013

Aprovado em: 24/01/2014

⁶⁰ CERTEAU, Michel de. *Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. Rev. Luce Giard. Trad. Ephraim Alves. Vol. 1. 9ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, p. 64.

⁶¹ BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Ensaios sobre literatura e história cultural. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 224.